

IDENTIDADES COLETIVAS REGIONAIS: O PAPEL DOS MOVIMENTOS POLÍTICOS ISLÂMICOS PELA DEMOCRATIZAÇÃO NO EGITO E NA SÍRIA ¹

Guilherme Augusto Batista Carvalho²

Resumo: O presente artigo faz considerações sobre transformações sistêmicas, principalmente considerando o papel regional de interferência na política local vinda dos movimentos políticos do Egito e da Síria, como influenciadores locais. Visamos realizar recortes históricos situando os movimentos em seus períodos tem forte atuação, e seus papéis contemporâneos. Além disso, abordamos questões relativas aos anseios recentes das populações locais pela abertura para o sistema democrático de governo, além de ser também objetivo ressaltar a unidade construída a partir de um ideal islâmico político. Ainda levantamos um problema a ser resolvido: As tentativas de democratização são parte de uma identidade coletiva política compartilhada? Concluimos assim que as lutas pela democracia são parte de antigas disputas políticas entre grupos que dispõem de identidades coletivas, mas interesses conflitantes.

Palavras-chave: movimentos sociais; islã político; nacionalismo árabe.

Abstract: This article raises questions regarding systemic transformations, especially considering the regional role of interference in local politics coming political movements in Egypt and Syria, as local influencers. We aim to perform historical analysis situating movements in their periods of strong performance, and their contemporary roles. Besides, we discuss issues relating to the recent concerns of the local opening to the democratic system of government populations, as well as being objective will emphasize the unity built from an Islamic political ideal. Still raise a problem will be solved: The attempts at democratization are part of a shared collective identity politics? We conclude that the struggles for democracy are part of old political disputes among groups that have collective identities, but conflicting interests.

Keywords: social movements; Political Islam; Arab nationalism.

Introdução:

No mundo contemporâneo multipolarizado, as antigas estruturas são reordenadas de acordo com a nova forma na qual os Estados se relacionam. A política internacional está

¹ Esse artigo faz parte de um projeto de pesquisa, orientado pelo Professor Ms. Danillo Alarcon, intitulada: A identidade coletiva regional no sistema internacional contemporâneo: a América do Sul e os países árabes frente à nova ordem multipolar.

² Pontifícia Universidade Católica de Goiás – e-mail: guilherme.rel1404@gmail.com

em um processo de readaptação da sua estrutura dentro de sua velha ordem anárquica, e ao mesmo tempo a História tem tentado se adaptar ao volume de transformações. A descentralização de poder em torno de dois grandes polos ficou para trás, e agora a necessidade de abarcar novos atores que interferem diretamente no processo evolutivo das relações internacionais, se faz necessário.

Os movimentos sociais, por exemplo, são de extrema representatividade, e ativa interferência nos processos decisórios dos Estados. Assim, a conformação da “raison d’état”³, está mais do que nunca em um processo de reanálise pela inserção desses novos atores que o mundo multipolarizado veio apresentar como participantes desse reordenamento estrutural de descentralização das relações estatais.

Para compreendermos melhor nosso objetivo de estudo devemos fazer a utilização de alguns recortes históricos, para entendermos o processo evolutivo o qual nos permitiu chegar aqui na condição de uma estrutura multipolarizada, e como essa estrutura afeta na construção histórica das novas formas de nacionalismo, principalmente situadas no Egito e na Síria.

O fator cultural, para muitos como Edward Said não se desvincula do fator político. Porém, da mesma maneira a cultura pode se apresentar politicamente em formas variadas como no fator representativo, e imaginário:

“Essa continuidade subjacente não se produz somente na realidade espacial, mas nas representações. O espaço preexistente não suporta somente disposições espaciais duráveis mas também, os espaços de representação, que trazem consigo imagens, narrativas [relatos] míticas. O que frequentemente se denomina de “modelos culturais” utilizando esse termo gerador de confusões: a cultura” (livre tradução. LEFEBVRE, 2000, p.189).

Dessa forma, os imaginários e as representações políticas constituem de fato as ações efetivas organizadas por meio da sociedade que cria para si os espaços e as realidades para suas mais profundas ações, para que possam expressar o fator cultural em toda a sua plenitude. “As condições em que as percepções de mundo se encontram, transformam fatores relativos em verdades concretas. Por exemplo, “O Orientalismo”⁴

³ (*razão de estado*) O bem-estar do Estado justifica uso de quaisquer meios, o seu interesse está acima de ideologias, religião ou qualquer outra linha de pensamento, ou seja, o Estado está acima de qualquer coisa. A *raison d’état* estabelecia que, para o bem do Estado não importava os meios utilizados e o equilíbrio de poder defendia que cada estado deveria cuidar de seus interesses e não mais ter um monarca universal..

⁴ A obra mais importante e reconhecida de Edward Said. O livro, que no Brasil foi publicado pela Companhia das Letras, é dividido em três partes. Na primeira o autor trata o alcance do Orientalismo na atualidade, na

revela em uma forma particular como se caracteriza o sentido de Oriente, frente á percepções históricas modernas” (SAID, 1990, p.53). E a distinção parte principalmente da contraposição entre Ocidente e Oriente que formam uma relação dialética na qual quase sempre a síntese será a condição de subserviência do Oriente em relação ao Ocidente. E isso pode ser facilmente caracterizado pela forma como as políticas do Ocidente, (após esse período de “orientação” à condição de “o outro” se desenvolveu, particularmente no século XIX) se comportaram (e ainda se comportam) frente ao Oriente.

Em diversas nações vemos a presença de culturas impostas. Essa imposição de cultura ocorre (principalmente) á povos colonizados, membros de um processo de venda de identidade, por parte das elites locais á interesses externos:

“Thus, among the colonized, we can identify the culture of the urban Western-educated elite, of the religious leaders and ‘traditional’ rulers on one hand and the arab cultural expressions of the rural peasantry, untrammelled by the encrustations of foreign impositions and appropriations” (AMUTA, 1995 p.161).

Esse processo leva diretamente á falta de identificação local onde se conduz ao processo de questionamento cultural, histórico e do papel do nacional em relação á terra, povo e cultura. Essa junção provoca diretamente uma reação em cadeia:

vision of revolutionary cultural and political change as a ‘fluctuating movement’ of occult instability could not be articulated as cultural practice without an acknowledgment of this indeterminate space of the subject(s) of enunciation. It is that Third Space, though unrepresentable in itself, which constitutes the discursive conditions of enunciation that ensure that the meaning and symbols of culture have no primordial unity or fixity; that even the same signs can be appropriated, translated, rehistoricized, and read anew (AMUTA, 1995 p.208).

Surgimento do nacionalismo árabe: aspectos históricos.

Não há exatamente um consenso sobre definições de nacionalismo⁵. Dessa forma vemos que o nacionalismo é adaptável aos fatores culturais e históricos de cada povo, que por sua vez se identificam de diferentes formas com diferentes fatos, variando de nação para nação⁶. Nas palavras de Michal Luczewski (2005), “nacionalismo é um verdadeiro

segunda das estruturas do mesmo, e na terceira do orientalismo na atualidade. Apesar de ter sido publicado nos anos 70, é uma obra fundamental para se compreender como o Ocidente inventou o Oriente.

⁵ O nacionalismo é a doutrina que afirma a preeminência da Nação com relação aos interesses dos grupos, das classes, dos indivíduos que a constituem.

⁶ Nação é uma comunidade humana fixada num mesmo território, sendo irrelevante o tamanho daquela ou a extensão deste, ligada em seu seio por laços históricos, culturais, linguísticos e econômicos.

caos teórico”. “A ideia de nação é um fruto do imaginário de seus cidadãos promovido pelas elites, e produto do desenvolvimento histórico da modernidade” (VICENZI, 2006 , p. 12).

O contato entre o Ocidente e o Mundo Islâmico foi reforçado pela experiência da conjuntura colonial, surgindo consigo inúmeros estranhamentos e reações de ambas as partes. O mundo muçulmano em diversos momentos expressou em relação ao Ocidente, ao mesmo tempo, um sentimento de admiração e aproximação, contudo também de repulsa e reação.

Nos países árabes, o nacionalismo (também apresentado como pan-arabismo) nasce como uma forma de resposta teórica e política á apresentação de um modelo estrangeiro (modelo dialético apresentado no capítulo da introdução). Se voltarmos às definições clássicas de Nação e Nacionalismo e tentarmos aplicá-las aos países que compõem a Liga dos Estados Árabes, vamos nos deparar com fatos que nos levam a constatar a imensa e pesada influência religiosa, e um predomínio sobre os povos que compõem a Nação, passando pelos séculos, e desafiando a geografia.

Enquanto o Império Otomano se manteve no controle político dos países árabes, os movimentos sociais de certa forma não estavam em uma situação de insatisfação completa. Porém com as expansões imperialistas rumo ao Oriente médio (principalmente pela França e pelo Reino Unido), os movimentos sociais começam a se fortificar em torno de assuntos em comum, e da identidade, além de abrirem espaço para a premissa “inimigo do meu inimigo, é meu amigo”.

Desde o fim do Império Otomano, oficialmente extinto em 1924, o mundo árabe fragmentou-se em movimentos nacionais que lutavam contra o controle imperialista franco-britânico na região. A partir do final da década de 20, o sionismo foi considerado um movimento intruso em meio às aspirações nacionalistas árabes. Na medida em que o fascismo tornava-se uma poderosa força política na Europa, grande parte das lideranças nacionalistas árabes dos recém criados Síria, Transjordânia, Líbano, Iraque e Arábia Saudita, assim como as lideranças palestinas, viam nos nazistas e fascistas potenciais aliados contra o imperialismo anglo-francês, que controlava a região até o início da II Guerra Mundial. Dessa época até hoje, o anti-israelense nesses países prosperou em progressão geométrica, acirrado pela criação do Estado de Israel, pelas derrotas militares que os israelenses infringiram aos países árabes, depois de sua independência, em 1948 e pela ocupação dos territórios palestinos em 1967 (MILMAN, 2004, p.1).

Com o desenvolvimento dos acontecimentos no Ocidente, o Oriente não pode se manter de fora, uma vez que agora passaram a ter movimentos sociais que eram respostas á presença ocidental e as suas posições de colonizadores, e suas interferências nos assuntos dentro dos países árabes. Assim como não existiam forças suficientes para combaterem

seus adversários ocidentais, resolveram se unir á quem possuía posições antagônicas á deles:

Os antecedentes do nacionalismo pan-arábico, no entanto, devem ser buscados na política de stalinistas e nacionalistas árabes durante a II Guerra Mundial. Enquanto os comunistas árabes e judeus faziam campanha pelo alistamento no exército colonial britânico, assim como os sionistas, os nacionalistas árabes se alistavam na Legião Árabe. Os sionistas de esquerda juntaram-se ao Partido Comunista Palestino para organizar um Comitê Palestino de auxílio à URSS, já alinhada com os “aliados” incluída a Inglaterra, opressora histórica dos povos árabes do Oriente Médio. Todas as forças políticas da Palestina se uniram em apoio ao Império britânico, exceto os seguidores do *Mufti* pró-nazista. As massas árabes, fosse na Palestina, Egito ou Iraque, não apoiavam a potência britânica nem mesmo contra os regimes nazi-fascistas do Eixo. No Cairo, não obstante o ingresso dos principais intelectuais comunistas (muitos dos quais eram judeus) na “União Democrática” criada em 1939 para formar uma “aliança antifascista”, milhares de trabalhadores e pobres tomaram as ruas dando vivas ao exército alemão (COGGIOLA, 2007, p. 18).

O islã político

O islã hoje é uma das religiões que mais agregam seguidores em todo o mundo. Porém apenas 20% da população muçulmana está concentrada em países árabes. A questão da associação do muçulmano ao “fundamentalismo religioso” se encontra bem equivocada, dentro da perspectiva histórica:

O termo “fundamentalismo”, originado no cristianismo protestante, presta-se à confusão. A origem do fundamentalismo se encontra no protestantismo americano, em meados do século XIX, e formalizado numa coleção de livros, *Fundamentals: a Testimony of the Truth* (1909-1915). Era uma tendência de fiéis, pregadores e teólogos, que tomavam as palavras da Bíblia ao pé da letra. Se Deus consignou sua revelação no Livro Sagrado, então cada palavra e cada sentença deveriam ser verdadeiras e imutáveis. Opunham-se às interpretações da chamada teologia “liberal”. Esta usava os métodos histórico críticos e hermenêuticos para interpretar os textos escritos há milênios (COGGIOLA, 2007, p.16).

Ao muçulmano são imputados séries de imagens, que na verdade não lhe pertenciam originalmente, mas graças ao “colonialismo teórico” passaram á haver uma série de reflexos negativos sobre o indivíduo árabe e toda a sua cultura. Apesar das diferenças mínimas no significado do termo “fundamentalismo”, no Ocidente e no Islã, o pensamento ocidental permanece prisioneiro de sua experiência histórica e de seu longo conflito com o fundamentalismo cristão. É esta visão “paroquial” que o Ocidente estaria tentando, agora, aplicar ao Islã. Isto não teria base na realidade, porque o

“fundamentalismo”, de acordo com o Islã, seria o exato oposto ao existente no Ocidente. Hoje, os movimentos muçulmanos organizados politicamente, em sua grande diversidade, respondem á fatores que são bem distintos daqueles de quando foram formados. Há vinte e cinco anos, por exemplo, um ponto importante era o debate se a democracia seria compatível com o Islã. “Mas, hoje, para a grande maioria dos grupos muçulmanos, este debate já está superado, exceto para uma minoria que acredita que os princípios democráticos contradizem os do Islã” (FULLER, 2010, p.54).

Muitos intelectuais do ocidente são conscientes, mas escolheram ignorar o fato por muitas razões, inclusive por causa da profunda hostilidade ao Islã e da sua imagem distorcida, promovida por orientalistas de várias gerações e, mais recentemente, em razão das alegações de que, com a queda do comunismo, o Islã emergiu como “o novo inimigo”. Os escritos de Samuel Huntington⁷ são típicos desta tendência. Consequentemente, “o Ocidente tem muito da responsabilidade por fortalecer o entendimento do “fundamentalismo islâmico”, como nos mesmos moldes do fundamentalismo cristão do século XVIII” (COGGIOLA, 2007, p.17).

A Irmandade Muçulmana⁸ e o contexto político egípcio

O Egito conquistou efetivamente á sua independência relativa aos britânicos, em 1922. Até 1952, foi governado por uma monarquia subordinada aos interesses da antiga potência colonial (Inglaterra). A corrupção e as graves dificuldades econômicas da população marcaram todo esse período, contribuindo para o desprestígio da monarquia. Somado a estes problemas, a derrota frente a Israel, em 1949, provoca uma crise no exército que aumenta, ainda mais, o descontentamento face ao regime. O país dispôs de curtos períodos de tentativas de democratização e emancipação política (ou autonomia):

O curto governo de Naguib (1953-1954) foi caracterizado pelas divergências que o oponham a Nasser. Para Naguib, o país deveria dar os passos no sentido de um governo civil democrático, com a criação de uma assembleia constituinte e o

⁷ Samuel P. Huntington é autor de um texto polêmico, *Clash of Civilizations*, onde defendeu o conceito de uma ordem mundial baseada no conflito entre civilizações originado pelas diferenças culturais. Huntington defende que os valores tidos como basilares do Ocidente têm pouca projeção ou aceitação junto das outras “civilizações”, pelo que o Ocidente deve estar preparado para defendê-los, quer dizer, preparado para um futuro conflito mundial radicado nas diferenças “civilizacionais”: “A ideia que proponho é que a fonte fundamental de conflitos neste novo mundo não será de natureza principalmente ideológica, nem econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte predominante de conflito serão culturais. Os Estados-nação continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global vão se dar entre países e grupos que fazem parte de civilizações distintas. O choque de civilizações vai dominar a política mundial. As linhas divisórias entre as civilizações formarão as frentes de batalha do futuro”.

⁸ Irmandade Muçulmana (_____ ان _____ – *alIkhwan al Muslimin* – Irmãos Muçulmanos).

restabelecimento das liberdades civis. O exército exerceria funções durante o período transitório, devendo depois retirar-se (idem).

Em oposição a estas ideias, Nasser e outros membros da Revolução de 1952 defendiam o reforço do nacionalismo árabe de orientação socialista e populista e a unidade pan-árabe. Estas discordâncias provocam o afastamento de Naguib do governo e o seu exílio durante 18 anos 34. Nasser assume o poder em 1956. A Constituição de 16 de janeiro desse mesmo ano acaba com o período transitório, iniciando-se uma das fases de maior importância na história política egípcia – o “nasserismo”, o qual estabelece um regime revolucionário de caráter presidencialista com amplos poderes para o chefe de Estado, juntamente com o partido único – a União Nacional (RAMOS, 2013, p.45).

E frente ao descontentamento nascem movimentos organizados da população, que buscam em uma moral religiosa, a efetiva solução para os problemas que até então eram seculares á eles. Aparece assim a Irmandade muçulmana, que por sua vez, nasce sob a perspectiva de combate á alguns modelos que foram apresentados ao mundo árabe, ainda no final da década de 1920:

A laicização e a ocidentalização, vinda da perspectiva de que o progresso dos países dependia da aprendizagem com a Europa, pois a partir desse modelo poderiam ser capazes de desenvolver um sistema de modernização política, econômica e militarização. A terceira e a última linha elaborada pelo autor era o modernismo islâmico, em que se admirava o avanço tecnológico e os ideais políticos de liberdade e igualdade, entretanto se criticava a dominação colonialista. Os defensores desse pensamento creiam que as Instituições europeias deveriam ser adequadas ao mundo islâmico e conduzidas por valores éticos e morais islâmicos. O sentimento de afastamento e aproximação ou de repulsa e admiração pode ser visto claramente na defesa do nacionalismo utilizado como um instrumento de independência dos países que compunham o mundo muçulmano. Nessa conjuntura de enfrentamento se fazia necessário á luta contra a política imperialista e a dominação europeia; entretanto esse confronto era baseado em categorias e instituições ocidentais como democracia, governo constitucional, parlamentarismo e direitos individuais. E em que os principais líderes dos movimentos nacionais eram indivíduos de educação europeia, porém de formação ou orientação islâmica. (AL ASSAR, 2010, p. 16).

A irmandade denunciava a falência do modelo democrático liberal vindo do ocidente. Tinha naquele momento como principal líder Al Banna, que por sua vez tinha por objetivo criar uma sociedade e um estado islâmico autêntico. A partir de um processo de islamização fundamentado no retorno do homem aos valores éticos e morais islâmicos, a irmandade via uma sociedade mais igualitária, que por sua vez para atingir seus objetivos, necessitaria derrotar o modelo antagônico.

A sociedade egípcia se encontrava em uma extrema insatisfação pelos altos níveis de desemprego, bem como vários casos de corrupção no governo. A nova conjuntura internacional após a segunda guerra mundial representada por dois centros de poder, Estados Unidos e União Soviética, reforçou a ideia de imobilidade da sociedade egípcia,

fortalecendo dois movimentos de cunho popular existentes no país: a Irmandade Muçulmana e o Nacionalismo/socialismo árabe do militar de Nasser. Ambos os movimentos de resistência ao modelo ocidental.

“A Irmandade Muçulmana é um caso representativo de um movimento que começou buscando uma pureza ideológica, mas que ao longo do tempo mostrou uma capacidade a se adaptar á circunstâncias políticas bem diversas” (AYOOB, 2008, p.66). E a prova dessa afirmação de Ayoob, é que naquele momento da história, a Irmandade Muçulmana, bem como os nacionalistas egípcios liderados por Nasser, compartilhavam de objetivos comuns, e inimigos comuns. Ao notarem esse terreno fértil para uma aliança, o golpe foi planejado, e em 1951 realizado

O Golpe ou a Revolução foi o resultado de um confronto iniciado em 1951 entre o governo inglês e “guerrilheiros” egípcios em frente a incapacidade de um acordo comum quanto ao domínio egípcio no Sudão e na Zona do Canal de Suez, que era um local estratégico na defesa dos interesses egípcios e de outros países do Oriente Médio, e também na defesa dos propósitos ingleses no Mediterrâneo Oriental e na África. A vitória dos Oficiais Livres e de Nasser em relação ao regime pró-ingleses do rei Faruk representou um afastamento e uma repulsa a influência ocidental europeia, a decadência do nacionalismo liberal ocidental. A nacionalização da Companhia do Canal de Suez em 1956 representou um essencial passo para a legitimação de Nasser enquanto líder do mundo árabe (AL ASSAR, 2010, p.17).

Assim juntos a Irmandade e os nacionalistas/socialistas árabes quebraram com a velha ordem que se apoiava no modelo britânico, e ao mesmo tempo estabeleceram uma nova ordem ditatorial. Em 1953 Nasser dissolveu todos os movimentos políticos ou partidários de oposição ou não, exceto a Irmandade Muçulmana, que segundo o próprio Nasser era um movimento de cunho social e não político. Entretanto, não demorou até que as contradições comesçassem a ter representações expressivas

Entretanto, aliança foi rapidamente se deteriorando, e logo se evidenciando um enfretamento entre ambas as forças pelo controle da mobilização popular egípcia. Pois a Irmandade percebeu o desinteresse de Nasser em estabelecer um governo islâmico, cujas políticas de educação, moralidade cultural fossem dirigidas pela organização muçulmana. Nasser, ao ver da Irmandade, estava apenas se utilizando estrategicamente da popularidade da organização muçulmana para os seus próprios propósitos (consolidar-se no poder). Existia uma diferença fundamental e incompatível entre o nasserismo e a Irmandade Muçulmana que era a visão em relação ao Islam. Para Nasser o Islã era uma ferramenta de ponderação e arranjo político e já para Irmandade era um caminho essencial para o desenvolvimento da sociedade em todos os aspectos da vida humana (AL ASSAR, 2010, p.17).

Em 1954 a Irmandade intensificou sua aproximação com movimentos estudantis e com as camadas mais pobres da população. A Irmandade Muçulmana acusou Nasser de traição, de

tentativa de extinção da organização e de utilizar a linguagem islâmica para disfarçar uma política completamente secular. Nasser utilizou-se do Islã para legitimar e consolidar o seu governo, além de aumentar o seu apoio popular e equilibrar a sua política externa. Para ele era extremamente necessário controlar a oposição islâmica e também a crescente afirmação da Arábia Saudita (que tinha fortes ligações com os EUA), a qual defendia um islamismo transnacional, criticando o socialismo “a - islâmico do regime Nasserista”.

A Irmandade Muçulmana tem um importante papel na consolidação da ditadura Nasserista, mas também no combate á mesma. Várias camadas da sociedade se viam nesse momento representadas por um ou por outro lado, portanto entre os apoiadores da ditadura. Mais á frente iremos entender como a Irmandade muçulmana se insere no processo de combate á ditadura, e trabalhando por mudanças radicais no sistema egípcio de governo (modelo democrático).

Um terceiro grupo importante no Egito (sendo a Irmandade Muçulmana, e os nacionalistas/socialistas os outros dois) foi à ala jovem da Irmandade Muçulmana (ou Irmandade reformista). Na Irmandade, reformistas vinham tentando mudar as posições e as estratégias tradicionais do movimento. Sua meta era formar um partido político com organização e líderes próprios, que fosse apenas remotamente ligado ao movimento cultural em geral da Irmandade Muçulmana.

Com o passar dos anos, acompanhamos a estagnação dos avanços na esfera política, onde o projeto nacionalista de Nasser ganhou muito pouca popularidade, e a Irmandade cada vez mais se apresentava de uma forma conservadora e oposicionista ao regime vigente. Mas essa situação adquire um novo desfecho com a morte de Nasser em 1970

Quando Anwar Sadat assumiu o governo após a morte de Nasser, deslocou a orientação política do governo para um espectro mais à direita, em oposição ao Socialismo e Nacionalismo Árabe. Com isso, a repressão à Irmandade Muçulmana foi amenizada, e os Islamistas voltaram à arena pública (p.136). Entretanto, o governo de Sadat passa a ser alvo de diversas críticas, o que contribui para que o governo se torne mais reticente em relação à oposição. Um dos principais críticas por parte dos grupos islamistas foi a política externa do governo de Sadat, sobretudo o esforço para uma aproximação de Israel. A Guerra do Yon Kippur marca uma mudança geopolítica com o realinhamento entre os países (PIRES, 2013, p.7)

O coronel Anwar Sadat (1970-1981) sucede a Nasser, constituindo á esta uma ruptura ao nasserismo, traduzido através da aplicação de uma série de medidas que transformaram o Egito, tais como: a política de portas abertas, fim da aliança com a URSS,

progressiva aproximação aos EUA, os acordos de Camp David⁹, o Tratado de Paz com Israel e a repressão sobre os grupos muçulmanos que levarão ao seu assassinio em 1981.

No dia 6 de Outubro Hosni Mubarak assume o controle do Egito, e é “reeleito” em 1987, 1993, 1999 e 2005. Mubarak basicamente deu continuidade na política externa de Sadat ao manter o alinhamento aos EUA, e a aproximação com Israel. Á nível de política interna o regime se caracterizou pelo nepotismo, desemprego, ferimento aos direitos humanos e corrupção.

Os fatores para uma revolta generalizada estavam acumulados no seio da nação egípcia, porém com o exemplo da Tunísia (Revolução Jasmim), criou-se a esperança de uma mudança pacífica. Então a população escolheu suas condições para a luta

As redes sociais permitiram pôr em contacto estas duas realidades bem semelhantes. As tecnologias de informação passam a ser utilizadas como instrumento de mobilização. Com o auxílio do Facebook são convocadas manifestações contra Hosni Mubarak, num movimento popular independente dos partidos políticos, que nem a suspensão da internet pelo regime consegue controlar. Durante 18 dias, na Praça Tahrir, a população egípcia manifestou-se, exigindo a saída de Mubarak e o fim de tudo o que o seu regime representava – corrupção, repressão, falta de liberdades civis. Para além do Cairo, as manifestações ocorrem em outras cidades do país como Alexandria, Suez e Ismaília (RAMOS, 2013, p. 49).

E mesmo diante das agressões vindas por parte do governo, a população persistiu. Mubarak se vendo encurralado devido á resistência popular, chega a nomear um líder interino, mas que não veio a sustentar o regime, e acaba comunicando a demissão do ditador.

Com vista à formação do novo governo (após atribulados processos de tentativas de colocar um novo ditador no poder) foram marcadas as eleições legislativas, num processo que se estendeu de novembro de 2011 a janeiro de 2012. Essa Irmandade Muçulmana é bem diferente daquela que ajudou Nasser e os militares no golpe, é uma Irmandade Muçulmana reformada.

A Irmandade Muçulmana de hoje é bem diferente do passado. É constituída por uma geração mais jovem e adepta de um sistema de governo à ocidental, com

⁹ Os dois Acordos de Paz, *A Framework for Peace in the Middle East* ("um quadro para a paz no Oriente Médio") e *A Framework for the Conclusion of a Peace Treaty between Egypt and Israel* ("um quadro para a conclusão de um tratado de paz entre Egito e Israel"), contêm disposições sobre como seria encaminhada a questão palestina (os palestinos reivindicam a formação de um Estado próprio em áreas sobre as quais Israel exerce jurisdição) e sobre como seria negociado o tratado de paz israelo-egípcio (local e data das negociações, reconhecimento mútuo, desocupação da Península do Sinai por Israel, limitações militares na fronteira comum, solução pacífica de controvérsias, extinção de boicotes econômicos, direitos de passagem, etc.).

base em eleições transparentes (década de 90 são publicados alguns manifestos a favor da democracia, das minorias e do estatuto da mulher). Com isto não se quer dizer que a questão do islamismo político desaparece da agenda da Irmandade, mas que se propõe a adoção de uma visão modernista, assente nas realizações do passado e centrada nos desafios do futuro (Guidère, 2012, p.88).

No que se tange ao relevante para essa pesquisa sobre a História da participação popular nos movimentos políticos no Egito é o que foi aqui apresentado. Mas gostaríamos de ressaltar a importância de uma unidade de identidades que a população egípcia encontrou ao se inspirarem na Revolução tunisiana e ao mesmo tempo, mesmo tendo forças do governo resistindo, e antigos aliados que depois mudaram de lado (considerando que a Irmandade Muçulmana tinha grande proximidade da população no período em que Nasser governou o país) contra as mudanças, o povo resistiu por encontrar um alento na possibilidade de ver seu país sendo mudado ao se identificarem com o que os tunisianos fizeram. Trata-se de uma identidade coletiva partilhada por povos que dispõe de culturas parecidas e de uma trajetória política parecida: ex colônias que vivem em ditaduras.

Crise na Síria: Entre a tradição e a busca da democracia

Nos países árabes reconhecemos identidades políticas que são altamente conectadas, e que formam linhas de atuação dos grupos sociais, bastante semelhantes. Muito disso se deve aos fatores históricos que estão intimamente ligados, por fatores cronologicamente íntimos. Dessa forma os grupos sociais compartilham de identidades coletivas que os levam a serem representantes de um “modus operante”. Assim é a Irmandade muçulmana, extremamente imbricada de valores políticos, e fruto de um compartilhamento ideológico e social, que naquele momento os países árabes viviam.

Na Síria a Irmandade Muçulmana tem um papel fundamental (assim como no Egito) na construção dos rumos políticos do país. É meio impreciso dizer quando a Irmandade Muçulmana se estabeleceu na Síria, mas ela atuou de forma muito parecida com sua co-irmã do Egito: angariando simpatias populares, principalmente nos setores das classes média e baixa, e ganhando forte simpatia dos jovens

Nestes anos, a vida política e intelectual da rede de associações que passara a se denominar Irmandade Muçulmana na Síria esteve intimamente conectada à sua irmã no Egito. Inclusive, durante a repressão promovida pelo governo de Nasser no Egito contra a Irmandade em 1954, o líder da Irmandade Síria, Mustafa al-Sibai, tomou a vanguarda do movimento (CARRÉ; MICHAUD, 1983, p. 15).

Como reflexo do envolvimento político, o discurso da organização síria enfatizava a natureza universal da sua mensagem e condenava o sectarismo. “O pensamento da Irmandade Muçulmana síria, em contraste com o descaso de Hassan al-Banna em relação às outras religiões” (MITCHELL, 1969, p.230). Eles tinham uma visão nuançada da relação entre a sociedade islâmica e as minorias religiosas, enfatizando o apelo universal da identidade árabe.

Devido às diversas divergências políticas internas (na Síria), e o fato de o discurso ser diferente do discurso da Irmandade Egípcia, o movimento sírio não conseguiu se estabelecer com raízes profundas no plano ideológico.

Ainda assim, apesar de contar com uma rede de mesquitas, a Irmandade Muçulmana síria nunca conseguiu estabelecer um movimento popular vasto e bem estruturado – como conseguiu o partido Ba'ath¹⁰ – pois os ulemás que lideravam a Irmandade na Síria não favoreciam estratégias para o estabelecimento de movimento de massa. (TEITELBAUM, 2011, p.219).

Para além da esfera das atuações dos movimentos sociais das camadas mais baixas e médias, a Síria (assim como no Egito) tem suas representações políticas vindas do campo militar. Essa premissa se expressa na pessoa de Hafez Al-Assad, também conhecido como “O leão de Damasco”. Hafez Al-Assad foi responsável pela fundação da atual República Árabe da Síria em um golpe militar executado 1970 (num país que já sofrera golpes em 1949, 1954, 1963 e 1966), ocorrido devido á humilhante derrota militar para Israel na Guerra dos Dias, em 1967, na qual teve as Colinas de Golan ocupadas militarmente pelo Estado judeu, e um estado de descontentamento político, propício para um novo golpe.

As animosidades entre o novo governo sírio e a Irmandade Muçulmana que tentava se estabilizar na Síria, tiveram um ápice

Após a invasão Síria do Líbano em 1976, movimentos sunitas, incluindo a Irmandade Muçulmana, iniciaram um levante promovendo guerrilhas contra forças do governo. Em 1979, esta oposição chegou a um nível crítico ao ponto de ameaçar seriamente a rede de segurança e inteligência do regime, passando de escaramuças isoladas a uma revolta popular mais ampla. Em 1979, membros da Irmandade promoveram o assassinato de 83 cadetes alauítas em um quartel em Aleppo. Em 1980, o regime declarou pena capital para a filiação à Irmandade Muçulmana, e em resposta a organização intensificou os ataques contra alvos vinculados ao governo, incluindo uma tentativa de assassinato do presidente. O

¹⁰ O partido foi fundado pela fusão do movimento árabe Baath, liderado por Aflaq e al-Bitar, e o Baath Árabe, liderado por Al-Arsuzi, em 7 de abril de 1947, como o Partido Socialista Baath. Ramos do partido rapidamente se estabeleceram em outros países árabes, embora só tiveram o poder no Iraque e na Síria. O Partido Árabe Baath fundiu-se com o Partido Socialista Árabe, liderada por Akram al-Hawrani, em 1952, para formar o **Partido Socialista Árabe Ba'ath**.

governo respondeu com ordens de prisão e torturas de centenas de integrantes da Irmandade Muçulmana. Ainda assim, organização manteve suas atividades em centros urbanos predominantemente sunitas como Damasco e Hama (TALHAMY, 2012). Durante o período de junho de 1980 a junho de 1981, execuções sumárias e torturas eram cada vez mais frequentes. (ABD ALLAH, 1983). Em três de fevereiro de 1982, uma unidade militar do governo fora emboscada por guerrilheiros na cidade de Hama, e a oposição declarou o início da sedição. A reação do Governo foi imediata e iniciou o sítio à cidade. Após o bombardeio de Hama, o que se seguiu foi uma campanha de tortura e execuções sumárias visando eliminar as lideranças e os simpatizantes da Irmandade Muçulmana. E após o massacre, a Irmandade Muçulmana foi obrigada a deixar a Síria e a liderança se dispersou no exílio (PIRES, 2012, p.6).

Porém, suas ações encerram-se em 1982 com o "Massacre de Hama"¹¹, onde a aviação e blindados do governo bombardearam a cidade para pôr término a um levante apoiado pela Irmandade, fechando com um trágico saldo de 10 mil mortos e enfraquecendo o grupo, naquele momento ainda reconhecido como ente político no país. E ao mesmo tempo, fortalecendo o regime de Hafez Al-Assad.

Hafez Al-Assad buscou reduzir as desigualdades entre os grupos religiosos (organizados em castas naquela época), mesmo por que o mesmo era um Alauíta¹², através da ampliação do poder das minorias religiosas. Também, há o ganho de representatividade política e social do partido Baath (partido de Assad), do fato esse que desagradou em muito as elites tradicionais sírias

Esse fortalecimento em nível nacional do *Baath* desagradou muito as elitestradicionais sunitas, formada pelos artesãos, comerciantes e latifundiários que gozavam de vastos privilégios sociais e políticos no domínio turco-otomano (de 1516 até 1918), no mandato semi-colonial francês (de 1920 1946) e nas primeiras décadas da jovem república (1946 a 1963), onde constituíram uma oligarquia semi-feudal, detendo o controle das terras e do campesinato. Esses grupos, sentindo-se excluídos do governo *baathista* e com fortes inclinações conservadoras e religiosas (muçulmanas sunitas), catalisaram suas aspirações no fortalecimento do ramo sírio da Irmandade Muçulmana (Partido Político conservador de caráter anti-xiita, anti-comunista e anti-nacionalista), culminando com os levantes islâmicos de 1976, decorrente da invasão síria no Líbano em

¹¹ O Massacre de Hama ocorreu em 2 de fevereiro de 1982, quando as Forças Armadas da Síria bombardearam a cidade de Hama, contra uma sublevação comandada pela Irmandade Muçulmana. O massacre, realizado pelo exército sírio supostamente sob comandante Geral Rifaat al-Assad, irmão mais novo do presidente Assad, efetivamente terminou a campanha iniciada em 1976 por grupos islâmicos sunitas, incluindo a Irmandade Muçulmana, contra o regime de Assad, cujos líderes assim como o presidente Assad eram da seita Alauita. Segundo a imprensa oficial síria, rebeldes anti governamentais, iniciaram a luta, "lançando-se sobre os nossos companheiros enquanto dormiam nas suas casas e mataram eles, as mulheres e crianças, mutilando os corpos dos mártires nas ruas, como cães raivosos". "As forças de segurança tiveram que enfrentar esses crimes e ensinar os assassinos uma lição".

¹² Os Alauítas formam um grupo étnico-religioso presente, sobretudo na Síria, país em que constituem cerca de 10% da população, ou seja, cerca de 3 milhões e onde dominam as estruturas políticas. Não devem ser confundidos com os Alevitas, minoria religiosa da Turquia, nem com a dinastia alauíta que governa Marrocos.

apoio à elite cristã-libanesa, e com o intuito de desestabilizar o regime vigente (PEREIRA, 2014, p. 4).

Hafez Al-Assad faz reformas no plano econômico, e apesar de a Síria ser um tradicional aliado soviético (assim como o Egito de Nasser, que também adotou um alinhamento à URSS), com o fim do bloco socialista em dezembro de 1991, procurou estreitar relações com os EUA, providenciando investimentos e medidas liberais na sua estrutura econômica, outrora altamente estatizada.

Porém as medidas adotadas por Hafez Al-Assad tiveram fim, com sua morte em 2000. Com isso, assume seu filho, Bashar Al-Assad, que mostra uma conduta um tanto quanto mais branda com os movimentos sociais

Este conduziu reformas liberais no plano político e econômico, libertou presos políticos, arrefeceu a censura, legalizou partidos políticos, autorizou bancos privados e retirou tropas do Líbano em 2005, mas a autoridade do *Baath* permaneceu intocável, gerando descontentamentos entre a população, os intelectuais e a elite econômica (PEREIRA, 2014, p. 6).

Mesmo com o relaxamento do regime, a Síria se encontrou em uma situação extremamente caótica, com o aumento do desemprego, inflação galopante, corrupção e falta de transparência política. Assim Assad se viu em meio a um “campo minado”, pois já possuía diversas animosidades com as elites econômicas e religiosas, e com os grupos políticos religiosos, que seu pai adquiriu em seus anos de governo. Agora o grande problema vinha em direção ao governo Sírio representado pela grande massa popular, além dos antigos inimigos do regime, como a Irmandade Muçulmana (que há muito havia deixado o país).

O Estado sírio governando pelo *Baath* e personificado na figura do presidente Hafez ou Bashar Al-Assad, este resulta do contrato cívico entre as Forças Armadas, as minorias étnico-religiosas e as elites moderadas sunitas. Essa combinação foi suficiente para aguentar pressões desde o começo do regime Assad. Porém, a oposição na Síria veio sendo construída através dos diversos ataques vindos do governo, no decorrer da história:

Uma análise inicial sobre a formação das correntes da oposição política na República Árabe da Síria nos remete às classes burguesas tradicionais (latifundiários e comerciantes do período otomano), que perderam representatividade e influência social e política no país desde a subida do *Baath* em 1963; estas estão inseridas, em sua maioria, numa matriz árabe-sunita (60% da população) e possuem fortes inclinações conservadoras religiosas e tradicionalistas, numa sociedade onde a religiosidade não tem se constituído em uma determinante política e social, e que é governada, em grande parte, por minorias étnico-confessionais liberais (como os alauítas, druzos e sunitas

moderados) e não-muçulmanos (cristãos ortodoxos e armênios). Para essas classes burguesas tradicionais, se os primeiros não prezam pelos valores islâmicos, logo são "maus muçulmanos", e os segundos, sendo coniventes com os primeiros, desvirtuam esses valores – como tolerância ao comportamento liberal das mulheres, ao uso do álcool, etc. Assim, essas classes se sentem marginalizadas no plano econômico, social e político, alegando que o governo não respeita as tradições e valores islâmicos. Assim, ilustra-se nas acusações que o governo trata-se de um “regime alauíta”, por aglomerar as minorias religiosas e moderadas que não compartilham dos valores tradicionais, e por isso, essa direção política não é legítima para os "verdadeiros árabes sunitas" e deve ser removida. Outra vertente, mais moderada e menos influente, inclui intelectuais orgânicos, tecnocratas, ex-burocratas, militares reformistas e dissidentes, liberais e até socialistas, que influenciados pelas ideias e mudanças políticas do Ocidente, creem que a “ditadura dos Assad” não conseguiu acompanhar as mudanças e quer preservar um sistema ineficiente, corrupto e desgastado que não corresponde às novas demandas do povo sírio (PEREIRA, 2014, p. 10).

De modo geral, encerramos essa análise sobre a Síria expondo como a história dos movimentos políticos se encontram em constante embate com o governo ditatorial, e deixando uma pergunta para ser respondida na conclusão (pergunta válida para o caso egípcio e sírio): O embate é devido à pretensa democratização, ou a um plano ideológico de transformações do Estado, movidos por grupos políticos teocráticos como a Irmandade Muçulmana?

Conclusão

Esse artigo apontou diversos temas de convergências políticas, sociais e ideológicas tanto dos governos autoritários do Egito, como os da Síria. Também foi apontado esses mesmos pontos de convergência pelos movimentos políticos islâmicos que atuaram nesse paradoxo da cooperação e do conflito com os governos com os movimentos políticos. Esse paradoxo se deu no âmbito das negociações em torno das propostas de melhorias sociais, e de tornar os Estados (Egito e Síria) em regimes teocráticos. Ao invés disso tornaram-se regimes elitistas e que se moveram em prol das mesmas minorias que já comandavam, antes mesmo da chegada desses governos.

No plano das transformações da sociedade, é muito difícil achar-las em número expressivo, tende-se a entender que elas apenas acompanharam os desenvolvimentos naturais das economias locais. Enquanto a nível social a estagnação se manteve, com ou sem os regimes autoritários.

Outro fator que se encontra presente e claro na pesquisa é o fato das identidades coletivas na região, pois o levante (explícito no exemplo do Egito) se deu pelas mesmas condições das revoltas na Síria, e que de modo geral não foi por uma busca da democracia, mas sim pela melhoria das condições econômicas do país. As identidades também se

mostram presentes no plano da atuação da Irmandade Muçulmana, que tem o papel decisivo na Síria e no Egito, na subida ao poder dos militares, e depois na fase de oposição, e no caso do Egito de deposição também. Também é claro o sentido de identidade dos governos, que lidaram com a presença de populações que vem de um passado muito parecido (colonial), e até mesmo no plano das alianças internacionais (primeiro com a URSS, e depois da Guerra Fria, com os EUA).

E por fim, fica evidente que os embates não são no plano da tentativa da mudança sistêmica de governo (ditadura para democracia), mas sim na busca por poder e fortalecer suas elites (cada lado com a sua, governo de um lado e Irmandade Muçulmana de outro). Essas disputas são extremamente antigas, e a estrutura delas é extremamente semelhante justamente devido às identidades coletivas que fazem com que o ciclo seja o mesmo, e a vontade da democratização seja suprimida pela vontade de crescimento econômico e estabilização social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL ASSAR, Ragda Ahmad Salah. **A Irmandade Muçulmana: Nação sob o cosmo islâmico**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2010.

AMUTA, Chidi; BHABHA, Homi K. **The post-colonial studies reader**. Routledge, London – UK, 1995.

AYOOB, Mohammed. **The Many Faces of Political Islam: Religion and Politics in the Muslim World**. Th University of Michigan Press, 2008.

CARRÉ, Olivier; MICHAUD, Gérard. **Les Frères Musulmans: Egypte et Syrie (1928-1982)**. Paris: Gallimard.1983

COGGIOLA, Osvaldo. **O islã histórico, e o islamismo político**. Instituto de cultura árabe, 2007.

DELMONTE, Luís Mesa (coord.). **Seminário Internacional: Protestas populares en África del norte y el Médio Oriente**. El Colegio de México: Centro de Estudios de Asia y África, 2011.

FULLER, Grahon E. **“The Spectrum of Islamic Politics”**, In: **BARZEGR, Abbas; RICHARD, C. Martin. (org.): Islamism: Contest Perspectives on Political Islam.**Stanford: Stanford University Press, 2010, p.51-56.

GUIDÈRE, Mathieu. (2012). *O choque das revoluções árabes: Da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão.* Lisboa: Edições 70.

LEFEBVRE, Henri. **L'espace de production.** 4 édition, Éditions Anthropos, Paris – France, 2000.

MILMAN, Luis. **Origem dos movimentos islâmicos revolucionários.** Revista Espaço Acadêmico N° 35, 2004.

PEREIRA, Tito Lívio Barcellos. **Os Guardiões da Pátria: O Exército Árabe da Síria e sua relação com o Povo e o Estado.** Revista de Geopolítica, Natal, v. 5, n° 1, p. 44 - 58, jan./jun. 2014.

PIRES, Guilherme di Lorenzo. **A Irmandade Muçulmana na Síria.** Revista Conjuntura Austral, Vol 4, N° 20, 2013.

RAMOS, Cátia Filipa de Oliveira. **A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO E NA SÍRIA: REPERCUSSÕES NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINIANO.** Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa – PT, 2013.

SAID, Edward. **O Orientalismo.** Companhia das Letras, 3° ed. São Paulo- SP, 1990.

TEITELBAUM, Joshua. **The Muslim Brotherhood in Syria, 1945-1958:** Founding, Social Origins, Ideology. In: The Middle East Journal. Vol.65, n.2, spring 2011.